

CONTRIBUIÇÕES DO CURRÍCULO CULTURAL NA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Autor: Lindomar Lindolfo Steffen¹

Coautora: Prof. Dr^a Jane Peruzo Iacono²

A presente pesquisa tem como objetivo levantar discussões sobre a patologização do surdo e a interferência desse processo em sua educação, especialmente quando se trata do currículo. Para isso desenvolve uma pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, sobre questões referentes ao currículo como manifestação de conhecimento, poder e disputas culturais. De acordo com Gil (2002, p. 50), a pesquisa bibliográfica tem como finalidade “analisar materiais já elaborados, constituídos principalmente de livros e artigos científicos”.

A escola é um espaço que se constrói por meio da socialização de pessoas, não é apenas um lugar para adquirir novos conhecimentos, mas também para apropriar-se da identidade cultural (LOPES, 2016). Nessa perspectiva, busca-se, neste trabalho, discutir sobre o currículo do surdo e as determinantes que o envolvem, haja vista que nesse currículo, em específico, as condições de poder e saber são ainda mais intensas devido à própria conjuntura que tende a ignorar o surdo como protagonista do currículo. O protagonismo surdo no currículo pode ser compreendido como o sentimento de pertencimento na construção do conhecimento. Na verdade, não significa que deva haver outro currículo diferente do currículo da escola regular, mas incluir questões sobre a surdez na estrutura curricular.

Segundo documento do MEC (BRASIL, 2007), deve-se ter “a consciência de que os currículos não são conteúdos prontos a serem passados aos alunos. São uma construção e seleção de conhecimentos e práticas produzidas em contextos concretos e em dinâmicas sociais, políticas e culturais, intelectuais e pedagógicas” (p. 9).

¹ Graduado em História e Filosofia – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Especialização em Libras – (UNINTESE) – Intérprete de Libras – UTFPR. Mestrando em Educação (UNIOESTE). E-mail: lindomar04@hotmail.com

² Doutora em Letras e Mestre em Educação. Docente do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Membro do Programa de Educação Especial – PEE e dos Grupos de Pesquisa Aprendizagem e Ação Docente (GPAAD) e Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Especial (GEPEE) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: janeperuzo@gmail.com.

III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

De forma geral, o currículo não tem, em seu processo de elaboração, profissionais da educação surdos, o que pode reduzir as possibilidades de construção da identidade linguística dos alunos surdos. As consequências são ignorar o principal sujeito do currículo - o surdo e sua cultura - ampliando as relações de domínio sobre ele, que tendem a estigmatizá-lo como um “ouvido doente”, resultado da interferência da ideia de patologização médica sobre sua educação (SKILIAR, 2016).

Os surdos têm desenvolvido uma busca histórica de visibilidade, que tem se efetivado com a conquista de leis como o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais- Libras, como língua oficial, que são provas das incansáveis lutas da militância surda (BRASIL, 2005). Porém, na escola está presente um dos maiores desafios: como criar um currículo que priorize a surdez e valorize a língua de sinais como primeira língua do surdo, na busca pela construção da identidade; e principalmente um currículo capaz de incluir a cultura surda buscando o pertencimento e o protagonismo do surdo?

Na área da surdez, os inúmeros estudos culturais cada vez mais pesquisados e desenvolvidos contribuem para problematizar o currículo escolar. Para além dos conteúdos a serem ensinados, de objetivos a serem alcançados e de metodologias aplicadas, está o aspecto cultural que o currículo deve alcançar. A educação de surdos não tem cumprido com esse papel social, uma vez que as práticas pedagógicas baseadas no currículo tendem a inferiorizar o surdo deixando de lado características próprias da sua língua.

A maior parte dos surdos possui enormes dificuldades para aprender a ler e a escrever, a serem alfabetizados na língua portuguesa. Devido a essas dificuldades, eles são, muitas vezes, taxados de incapazes ou como pessoas com deficiência intelectual. Essas falhas nas práticas pedagógicas vão sendo internalizadas como um problema da surdez e não das metodologias aplicadas, o que explica o grande número de evasão escolar e analfabetismo de pessoas surdas (BARBOSA; PIETZAK, 2013). Corroborando com Barbosa e Pietzak (2013), Silva (2018, p. 32) ressalta que “[...] a cultura é teorizada como campo de luta entre os diferentes grupos sociais em torno da significação. A educação e o currículo são vistos como campos de conflito em torno de duas dimensões centrais da cultura: o conhecimento e a identidade”.

Quando se trata da educação de surdos, a área pedagógica ainda é muito influenciada pela ideia de deficiência, onde práticas e falas escolares se alicerçam no pressuposto do

Programas organizadores



UNIOESTE
CAMPUS DE
CASCAVEL

PPGE
Programa de
Pós-Graduação
em Educação



Mestrado
em Educação
UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

UNOCHAPECÓ



PPGEd
Programa de Pós-Graduação
em Educação

III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

“ouvido doente”, em sentido patológico e na possibilidade que a escola tem de normalizar esse ser doente (SKILIAR, 2016). Sempre que o aluno surdo deixa de se perceber no currículo também perde a capacidade de construir uma identidade própria. Segundo Wrigley (1996, p. 71) “[...] surdos são pessoas que ouvem com ouvidos defeituosos. Se pudéssemos consertar os ouvidos, eles estariam ouvindo. Esta lógica comum na verdade é comum, mas não necessariamente lógica”.

Tais reflexões sobre práticas pedagógicas, currículo, preparo profissional de educadores e/ou áreas relacionadas à educação, bem como relações de poder e construção de identidade escolar deveriam ser desenvolvidas e postas em discussão em todas as escolas, não sendo um debate restrito apenas às escolas de surdos.

Segundo Lopes (2016), a exigência da normalização do corpo do surdo nas escolas fez com que mecanismos fossem criados no intuito de consertar o “ouvido doente”: aulas de oralização, de escrita em português como primeira língua, salas de aula com companhias orientadas por um professor ouvinte, presença de médico otorrinolaringologista, fonoaudiólogo e psicólogo com o propósito de correção auditiva; falta de professores surdos, falta também de conhecimento da língua de sinais pelos profissionais de educação.

Para que o currículo priorize a identidade surda no processo de aquisição do conhecimento é preciso que traga, em seus conteúdos, questões sobre: - a existência do surdo na história; - a luta e história da comunidade surda por condições de uso da sua língua; - a origem da língua de sinais no Brasil; - personagens surdos na literatura; - o folclore; - as artes; - as dificuldades linguísticas; - os problemas sociais; enfim, questões sobre tudo ‘aquilo que permeia a existência do surdo enquanto sujeito histórico.

Diversos são os temas referentes à cultura surda, os quais, vinculados ao currículo, trariam não apenas conhecimento, mas contribuiriam para a construção da identidade do aluno surdo. Ex.: - o surdo no contexto de vida dos faraós era visto como um ser divino que possuía uma comunicação telepática direta com os deuses; - na Idade Média os surdos morriam por perseguições religiosas, eram abandonados ao nascer e viviam nas ruas em extrema pobreza; - as primeiras iniciativas de educação de surdos que se conhece, iniciam no final do século XVII na França, devido à legislação determinar que surdos “incapazes”, não poderiam herdar heranças devido ao analfabetismo e “incapacidade” de aprender, o que fez surgir a necessidade

Programas organizadores



UNIOESTE
CAMPUS DE
CASCAVEL

PPGE
Programa de
Pós-Graduação
em Educação



Mestrado
em Educação
UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

UNOCHAPECÓ



PPGEd
Programa de Pós-Graduação
em Educação

III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

de escolarização do surdo; - Alexander Graham Bell, cientista e fonoaudiólogo americano, não aceitando a surdez de sua esposa criou um amplificador de som, o que não resolveu o problema da surdez dela, mas criou o primeiro telefone com fio em 1876; - em 1880 ocorreu pela primeira vez o Congresso de Milão na Itália onde educadores e profissionais da saúde votaram pela proibição do uso da língua de sinais pelos surdos do mundo, embora poucos representantes surdos tenham votado (BARBOSA, 2019).

É importante, também, destacar no currículo, conteúdos relacionados ao contexto histórico brasileiro. Ex.: - o tronco linguístico que dá origem à língua de sinais no Brasil é oriundo da França pois, devido à necessidade de escolarização do filho da Princesa Isabel que era surdo, foi criada uma escola que nos dias atuais se chama INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos -, e está situada no Rio de Janeiro; - além da Língua Brasileira de Sinais – Libras, o Brasil possui também uma outra língua de sinais (a Língua de Sinais Kaapor Brasileira - LSKB), usada por surdos e ouvintes da tribo indígena Urubu-Kaapor na comunicação com os surdos, lembrando que cada país possui sua própria língua de sinais (Ex.: nos EUA a língua de sinais americana é a ASL); - a proibição do uso da língua de sinais pelo Congresso de Milão também atingiu o Brasil e durou cerca de 100 anos; - atualmente, a maior parte das cidades brasileiras possui centro onde as comunidades surdas se encontram para discutir problemas políticos, sociais, linguísticos ou simplesmente para interagir (BARBOSA, 2019).

O currículo cultural deve estar pautado em primeiro lugar na aceitação e uso da língua de sinais no fortalecimento e construção de identidade surda. O aluno surdo aprende literatura, história, geografia, política, ciências naturais e todos os temas possíveis que contribuam com o seu desenvolvimento intelectual e cultural. Desenvolve-se como os demais alunos e é capaz de se expressar, produzir arte, opinião política, interagir com o mundo ouvinte e com seus pares linguísticos.

No entanto, historicamente, os surdos têm sido vistos como pessoas com deficiência e classificados com base na premissa da anormalidade, taxados como incapazes, necessitando de “conserto”. Esquece-se que “eles possuem história, meio familiar, sexo, raça, cor, religião, língua, situação econômica, identidades, etc., diferentes.” (LOPES, 2016, p. 109). Assim sendo, o surdo é um sujeito produtor de cultura, com identidade própria, gostos, vontades,

Programas organizadores



UNIOESTE
CAMPUS DE
CASCAVEL

PPGE
Programa de
Pós-Graduação
em Educação



Mestrado
em Educação
UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

UNOCHAPECÓ



PPGE
Programa de Pós-Graduação
em Educação

III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

medos, opinião, memória, sentimentos e não deve ser patologizado ou classificado apenas como pessoa com deficiência.

Se os alunos surdos não fossem observados apenas como seres com deficiência e biologicamente “comprometidos” por falta da audição, quem sabe as escolas poderiam começar a olhar outros problemas como, por exemplo: as dificuldades que mulheres surdas, negras, pobres enfrentam na escola; os conflitos familiares que assolam a vida do surdo e atrapalham seu rendimento escolar; suas dúvidas quanto ao seu futuro e profissão; a pobreza em que vive grande porcentagem dos surdos brasileiros (IBGE, 2010). Todos esses pontos são os reais problemas que os surdos enfrentam e deveriam ser pensados no ambiente escolar e na construção do currículo. Enfim, é preciso observar o currículo como algo capaz de contribuir para mudar a vida do aluno.

Palavras-chave: currículo cultural, surdez, escola de surdo, pedagogia surda.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. C. A.; PIETZAK, J. de D. C. **Currículo e didática na educação de aula do mestrado na UFSC mediada por intérprete**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Estudos da Tradução – UFSC. Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/107054>. Acesso em: 8 out. 2020.

BARBOSA, Ana Clarisse Alencar. **Literatura surda: produção textual em libras** - Indaial: Uniassevi, 2019.

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 abr. 2005. Disponível em: <https://http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 16 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. In: BEAUCHAMP, J. et al., (org.). **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo, editora Atlas, 2002.

Programas organizadores



III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 16 out. 2020.

LOPES, Maura Lopes. **Relações de poderes no espaço multicultural da escola para surdos**. Editora Mediação: Porto Alegre, 2016.

SKILIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 8ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.

SILVA, A. M. da. **Análise da participação dos alunos Surdos no discurso de sala surdos**. Indaial: Uniasselvi, 2018.

WRIGLEY, Oliver. **Políticas da surdez**. Washington, DC: Gallaudet University Press, 1996.

Programas organizadores

